

1995: um ano para (não) esquecer

*Rui Polidoro Pinto**

As avaliações dos últimos tempos do setor agrícola têm revelado, invariavelmente, uma permanente contradição. A cada ano, a cada governo que se instala, prioridades agrícolas em momentos de campanha eleitoral são rapidamente esquecidas, voltando a predominar a visão monetarista de governo, do controle da inflação, da preocupação ligada ao consumo e ao abastecimento. A produção, notadamente a primária, passa a segundo plano, quando não é ignorada.

Coroando um auspicioso período para o campo, o Brasil colheu em 1995 sua maior safra — 81 milhões de toneladas —, o que, em tese, deveria permitir a recuperação pelo menos parcial dos prolongados efeitos da seca enfrentada na safra 1990/91, possibilitando a recapitalização dos produtores e de suas cooperativas.

A façanha coincidiu com a posse dos novos Governos — Federal e Estadual —, que assumiam com um discurso esperançoso para os agricultores. Era a terceira grande safra consecutiva, e então seria a hora de o setor ver-se compensado pela inestimável colaboração oferecida na primeira fase do Plano Real, quando serviu de verdadeira “âncora verde” para segurar a inflação.

Os antecedentes

O início da esperada ação, em cumprimento ao discurso, porém, tardou. Com os armazéns cheios e os bolsos vazios, os produtores viram despencar sua renda em 21,2%, basicamente em consequência das

* Diretor-Presidente da Fecotriga.

políticas de comercialização (atraso na liberação de recursos para EGF), cambial e monetária, bem como das importações subsidiadas de milho, trigo e arroz.

O maior problema, contudo, ainda estava por acontecer. Apesar dos alertas, que vinham sendo feitos desde julho de 1994, de que seria impossível fechar as contas enquanto não fosse dada uma solução definitiva para a TR, o Governo Federal foi insensível, até mesmo reagindo a uma decisão tomada ainda no primeiro semestre pelo Congresso Nacional determinando a eliminação daquele indexador.

A crise

O setor atingiu o auge da crise. A estabilidade obtida a expensas da agricultura determinou um pesado custo ao produtor e a toda a chamada cadeia do *agribusiness*. Os baixos preços e o alto custo dos financiamentos resultaram no agravamento da descapitalização e no endividamento com índices de inadimplência jamais registrados na história do País, refletindo-se na agroindústria de máquinas e insumos no setor exportador e, o que é mais grave, na paralisação das economias regionais, responsáveis pela geração de empregos no Interior.

As mobilizações

Sob o consenso de que o Plano Real somente poderia perenizar seu êxito se garantisse, além do controle da inflação, também a segurança alimentar da Nação, já no mês de abril iniciava-se uma notável temporada de mobilizações que não mais iriam parar. E não apenas os agricultores foram às ruas para protestar. Aglutinados desde a grande crise de 1991, todos os setores do *agribusiness* — respaldados e acompanhados pela base parlamentar em todos os níveis —, de uma forma ou outra, manifestaram sua preocupação com os rumos da política agrícola.

As reivindicações

Durante três meses, a movimentação foi intensa nas chamadas bases. Documentos foram insistentemente levados a Brasília, pedindo soluções. No Rio Grande do Sul, estudos indicavam que o Estado deixaria de arrecadar R\$ 500 milhões somente devido aos problemas de comercialização, como no caso da soja (perda calculada em R\$ 230 milhões em razão da defasagem cambial).

Mais uma vez, a iminente redução na área de cultivo do trigo — a maior vítima do desestímulo oficial — mereceu sonora advertência. Mas foi tudo em vão. E veio a reação.

O “caminhãoço”

Em julho, a Nação assistiu à maior demonstração de protesto da história da agricultura brasileira. Partindo de 11 estados, dos mais longínquos rincões e da fronteira gaúcha, um gigantesco comboio de caminhões acabou congestionando Brasília e proporcionando uma manifestação inusitada em plena Capital Federal.

Foi, dessa vez, o protesto do chamado “setor moderno” da agricultura, aquele que produz, que investe em tecnologia e que se viu enredado em uma dívida injusta e impagável.

Foi também a maior manifestação da sociedade brasileira em tempos de Plano Real, porquanto o movimento dos produtores foi entendido e aceito pela opinião pública, alcançando, assim, o seu objetivo maior. Afinal, a regra da democracia é a de que, convencida a opinião pública de que determinada causa é justa, cabe aos governantes adotarem as políticas e as medidas reivindicadas. Pela primeira vez, o Presidente da República veio a público para, em rede nacional, falar sobre o assunto. O Governo abriu as negociações, mas preferiu agir conforme Maquiavel, fazendo “o bem a conta-gotas” e subestimando a gravidade da situação, embora tivesse ficado claro o recado, qual seja:

- 1º) que a situação passada não havia sido resolvida, face à intransigente política oficial vigente, principalmente com a manutenção da TR;
- 2º) que a situação futura ficaria comprometida, com redução já nas próximas safras.

O acordo

A luz no fim do túnel começou a surgir durante a Expointer, com um encontro reunindo o Ministro da Agricultura, o Presidente do Banco do Brasil e o Governador do Estado com as entidades do setor. Dali saiu o esboço para o futuro “acordo da dívida”, através do mecanismo da securitização e do saneamento financeiro das cooperativas.

Era o início de um longo processo, cujo desfecho favorável ainda demandaria alguns meses para a definição dos detalhes operacionais. Nesse sentido, várias reuniões de debate e esclarecimento foram realizadas, ficando demarcado o prazo de janeiro de 1996 para o encaminhamento das propostas. Foi um grande passo, o melhor acordo possível e a sinalização efetiva de que o setor poderia, enfim, retomar o seu processo de recuperação. Essa conquista foi ainda mais representativa a partir da concordância das autoridades no sentido de enquadrar as cooperativas na nova modalidade.

Parecia que estávamos na ante-sala de um novo período promissor para a agricultura. Restava continuar buscando o necessário apoio para os agricultores se lançarem ao trabalho. Mas não foi bem assim.

O trigo no fundo do poço

Prevaleceram outros interesses, e novamente nada foi feito para retirar a triticultura nacional de sua rota descendente. E a produção — de apenas 1,5 milhão de toneladas, para um consumo de 8 MT — foi a menor dos últimos 25 anos.

Conforme a Carta da Fenatriga de outubro de 1995, 380 mil postos de trabalho foram eliminados nos estados produtores, calculando-se a geração de um emprego na cadeia tritícola para cada 20 hectares cultivados com o cereal.

O pior, porém, ainda estava por acontecer.

A grande seca

Como que por insondáveis desígnios, o dramático ano de 1995 — em que a economia gaúcha teve o pior desempenho dos últimos quatro, em razão da

descapitalização da agricultura — ainda chegaria ao seu final atingido por uma longa estiagem.

Lavouras recém-plantadas ou sequer iniciadas foram dizimadas, e nem mesmo o esforço do replantio — janeiro a dentro — será capaz de apagar as consequências: o Brasil terá que importar aproximadamente 15 milhões de toneladas de grãos, desembolsando em torno de US\$ 3,5 bilhões.

Como os efeitos deverão perdurar até 1997, principalmente no que se refere à reposição de pastagens, ainda é impossível calcular os prejuízos para os rebanhos, embora a avicultura — menina dos olhos do Plano Real — tenha sofrido de imediato com a falta de milho.

Esse fenômeno serviu para sensibilizar as autoridades, que, dessa vez, adotaram medidas para minimizar os prejuízos, possibilitando o replantio das lavouras, a fim de que a produção nacional permaneça no patamar dos 70 milhões de toneladas. Oxalá isso aconteça.

A nossa maior expectativa, a curto prazo, reside no trigo, que poderá finalmente retomar o espaço perdido. Assustado com a disparada dos preços internacionais, o Governo começa a reconhecer a importância estratégica da produção nacional.

O agribusiness cooperativo

Resta ainda reafirmar a necessidade de apoiar decisivamente o cooperativismo, que se constitui, a qualquer tempo e em qualquer situação, em poderoso agente transformador da realidade. É um sistema que precisa ser mantido e aperfeiçoado, para cumprir seu papel no processo de profissionalização e competitividade, garantindo os meios necessários ao aumento da produção e da produtividade de seus associados.

Apesar da crise, e mesmo por ela pressionada, a Fecotriga vem mantendo um diálogo com as demais organizações do sistema cooperativo — que também estão em dificuldades, porquanto suas associadas são as mesmas cooperativas, articulando uma integração mais orgânica. A ação conjunta com a Fearroz é um dos resultados concretos, possibilitado pelo plano de trabalho definido no Seminário Estratégico, realizado, no final do ano, com representantes das 90 cooperativas filiadas e das empresas do *agribusiness* cooperativo.

Nota final

Por fim, é preciso deixar um registro que, para nós, se reveste de significativo valor histórico. Antevendo o quadro que acabamos de relatar, agora no pretérito passado, a Fecotriga encaminhou, no dia 14 de julho de 1994, ao Sr. Fernando Henrique Cardoso (então já pré-candidato a Presidente da República) um longo documento analisando os cenários da economia e os efeitos que adviriam no bojo do Plano Real, caso não fosse feito um permanente gerenciamento. Vale destacar o seguinte trecho:

“1. Apesar das promessas do governo, o novo plano — a exemplo de todos os que o antecederam — ignora o papel preponderante da agricultura.

“2. Pior do que isso, a política cambial favorece as importações e prejudica as exportações, com graves reflexos para a produção nacional.

“3. Com a política de juros altos, o crédito será caro e escasso. Além disso, está havendo novamente o descasamento de índices em razão do veto presidencial à medida que propunha a equivalência entre as taxas dos financiamentos e os preços dos produtos agrícolas.

“4. O somatório destes fatores levarão não só ao desestímulo na produção, como certamente à completa desestabilização do setor, frustrando a meta do desenvolvimento auto-sustentado mediante o aumento da oferta de alimentos.

“5. Inviabilizados na sua atividade e totalmente desarticulados, não restará aos agricultores outra alternativa se não a da mobilização”.